

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO DESPACHOS DO PRESIDENTE

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/3477/99, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria do antropólogo KLINTON VIEIRA SENRA que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena BATELÃO de ocupação do grupo tribal Kayabi, localizada no município de Tabaporã, Estado do Mato Grosso.

2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Mato Grosso, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.

3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede das Prefeituras Municipais da situação do imóvel.

EDUARDO AGUIAR DE ALMEIDA

ANEXO

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA BATELÃO

Referência: Processo FUNAI/BSB/3477/99. Terra Indígena: Batelão. Localização: Município de Tabaporã, Estado do Mato Grosso. Superfície: 117.050 ha. Perímetro: 224 km. Sociedade Indígena: Kayabi. População: 150. Identificação e Delimitação: Grupo Técnico instituído pelas Portarias nº 448/PRES, de 15/05/2001 e 752/PRES, de 19/09/2001, coordenado pelo Antropólogo Klinton Vieira Senra.

I-DADOS GERAIS: O território tradicional Kayabi abarcava boa parte do curso do rio Teles Pires e praticamente toda a extensão do rio dos Peixes; tendo por núcleo o rio Batelão. A partir dos de 1950 iniciou-se um processo de transferência do grupo, atentando contra a legislação vigente já à época, para o então Parque Nacional do Xingu (hoje Parque Indígena do Xingu, PIX). O processo de transferência dos Kayabi para o Parque do Xingu nunca foi consensual entre o grupo, principalmente entre aqueles que habitavam o rio dos Peixes. Quando da última grande transferência, em 1966, o grupo dividiu-se e uma parte recusou-se terminantemente a abandonar sua terra. Mesmo entre aqueles que acabaram sendo levados a viver no Xingu, o desejo de retornar ao rio dos Peixes sempre permaneceu vivo, manifestando-se desde pouco tempo após a transferência.

Os Kayabi que permaneceram no Rio dos Peixes vêm, principalmente desde a década de 1980, com toda a problemática envolvendo a construção de uma barragem no salto do rio dos Peixes, considerado de grande importância mítica, reivindicando sistematicamente a realização de estudos de identificação antropológica de seu território tradicional ao longo deste rio. O objetivo dos índios é que lhes seja destinado pelo menos parte de seu território ancestral. A principal reivindicação visa principalmente a retomada das terras próximas ao rio Batelão, região onde estavam localizadas as principais aldeias Kayabi desde tempos mais remotos até a década de 1960 do século passado e considerado local de origem do grupo em um de seus mitos. Documentos da própria FUNAI há algum tempo indicavam a necessidade de criação de um GT específico para identificação das terras Kayabi próximas ao rio Batelão, tendo em vista as constantes reivindicações dos índios e a inegável evidência de aquelas são suas terras tradicionais. Outro fator que atentava para a urgência na criação do referido GT seria o rápido processo de ocupação da área com a abertura de pastagens e retirada de madeira com a consequente descaracterização do ambiente tradicional do grupo. A pesca, no outrora piscoso rio dos Peixes, tem se tornado um desafio para os índios. Também a caça está extremamente difícil no local onde hoje residem. Além da caça e da pesca, alguns materiais indispensáveis para o grupo só são encontrados nas regiões acima do Salto.

Após a realização de um sobrevôo e da visita in loco durante a expedição pelo rio dos Peixes, os Kayabi decidiram concentrar seus esforços na recuperação de uma área que se inicia próxima à barra do rio Gavião, afluente da margem direita e importante sítio de coleta de castanha e material para flechas, até aproximadamente alcançar o rio Ypokotewuu, afluente da margem esquerda e sítio de coleta de argila para a cerâmica. Esta região engloba o centro de origem dos Kayabi,

segundo seus relatos míticos, e também concentra vários pontos de coleta, além das antigas aldeias, cemitérios e outros locais considerados sagrados. A outra importante razão para se concentrarem nesta porção é por ainda preservar pelo menos em parte o ambiente natural tradicional dos Kayabi.

As observações in loco, realizadas durante a expedição, vieram confirmar uma série de informações sobre o rio dos Peixes que possuíamos através de relatos dos índios e de fontes bibliográficas. Estas informações davam conta das marcadas diferenças ambientais entre o Xingu e o rio dos Peixes e também de algumas diferenças socioculturais entre os Kayabi das duas áreas. Do ponto de vista ambiental foi possível constatar que a mata do rio dos Peixes é muito mais diversificada, com a ocorrência de inúmeras espécies que não são encontradas ou têm suas populações muito limitadas no Xingu. Com relação à fauna parece que o mesmo se aplica.

Diversos eventos culminaram no deslocamento da maior parte da população Kayabi de seus territórios tradicionais e, por conseguinte, as três áreas atualmente habitadas por eles (Parque Indígena do Xingu, TI Apiaká/Kayabi e rio dos Peixes) representam apenas uma diminuta parcela do território ancestral do grupo. Esta diminuição deveu-se à diáspora vivida por eles a partir dos anos 40 e o resultado da violência e de uma assistência inadequada por parte do Estado brasileiro. Assim recordam os Kayabi: "A área habitada pelos antigos era todo o rio dos Peixes, entre o Juruená e o Arinos e subia este até a altura das cabeceiras do rio dos Peixes e de lá emendava com o Teles Pires, cujas margens e córregos habitavam descendo até pouco acima do rio Peixoto de Azevedo, e de lá se comunicava com o rio dos Peixes subindo o córrego Yawary(Jaguaru), e deste passavam às cabeceiras do do córrego Coatá, afluente do Itanami (o rio dos Peixes, ou ainda rio São Francisco em algumas cartas antigas, recebe esta denominação por parte dos Apiaká)". As fontes históricas permitem retroceder seguramente em mais de um século e meio a ocupação Kayabi desta grande faixa de terra. A primeira menção direta aos Kayabi em um documento escrito data de 1850, com a publicação dos relatos do viajante francês Francis de Castelnau. A partir dessa data, vários outros documentos fazem referência aos Kayabi, utilizando diferentes grafias para o nome (Cajabis, Caiabis, Cayabi, Kayabi, etc).

Os Kayabi do rio dos Peixes haviam permanecido relativamente isolados até o final da década de quarenta do século XX. A partir desta época, enquanto os membros da ERX estavam embealhados na selva procurando contato com os grupos indígenas, o governo de Mato Grosso iniciava uma política agressiva de colonização com farta distribuição de terras para algumas empresas que não levava em conta as populações indígenas que as habitavam. A alienação das terras, a despeito de todas as irregularidades constatadas, correu célere e as colonizadoras passaram a dominar a cena regional. Estas irregularidades chegariam à Imprensa Nacional e seriam objetos de debate no Senado Federal à época, mas isto pouco alterou o processo em andamento. A época da farta distribuição de terras em Mato Grosso, sob o manto da colonização e "civilização" de grande parte do interior do Estado, ignorou-se a presença dos povos indígenas os quais foram simplesmente desalojados de suas terras seculares em flagrante desrespeito à Constituição.

Em nenhuma situação poderia valer-se o Estado ou a União da condição de tutela dos índios para retirar-lhes de suas terras. E ainda, a titulação das terras à revelia das populações indígenas não lhes retira o direito primário sobre as mesmas. Os erros da sociedade nacional não cancelam os direitos que as sociedades indígenas têm sobre seu território. Esta asserção de um direito originário dos indígenas sobre seu território e de sua manutenção, independentemente das ações do próprio Estado nacional, não se coaduna com a posição daqueles que, ao pretenderem impedir a demarcação de terras indígenas, argumentam que assim todo o território brasileiro seria terra indígena. Esta afirmação, ao que parece, tem o propósito de tentar tornar absurdo o texto da lei por intermédio de uma interpretação errônea e mesmo mal intencionada do mesmo. A legislação refere-se a comunidades e territórios específicos, não a generalidades infundadas.

A razão do povo indígena Kayabi não estar efetivamente ocupando suas terras tradicionais no rio dos Peixes no presente se deve unicamente ao fato de ter sido impedido de fazê-lo pela ação do próprio Estado e por particulares. Interesses governamentais e privados simplesmente ignoraram a presença dos índios e seus direitos constituídos transferindo-os de suas terras. Alguns foram omissos, outros coniventes, enquanto alguns, mesmo ao que parece agindo de boa fé, acabaram contribuindo para a divisão do grupo e a perda territorial. Todavia, o direito sobre a terra não prescreve enquanto existe uma comunidade etnicamente diferenciada que indelevelmente se identifica histórica e culturalmente com uma área específica.

II-HABITAÇÃO PERMANENTE: O universo social Kayabi se organiza, numa primeira instância, a partir de uma diferenciação entre o campo dos parentes, com os quais se tem uma identidade de substância, e os não-parentes, os "outros": num gradiente de distanciamento que vai desde os afins reais até aqueles com os quais não se tem nenhum tipo de relação. Fundada na parentela bilateral egoorientada, a sociedade Kayabi não constitui segmentações globais fixas. O sistema de parentesco é cognático e a terminologia é do tipo Dravidiano, cuja característica marcante é a classificação dos parentes paralelos como consangüíneos e dos cruzados como afins, com a presença de uma regra de casamento preferencial com a prima cruzada. Estas regras de parentesco são importantes, afora outras razões, por serem fundamentais para se entender a forma de distribuição das pessoas e aldeias no território.

Neste sentido, a formação dos grupos locais, a mobilização para diversas atividades aldeãs, além de muitos outros aspectos da vida social, depende mais das relações de aliança do que das consangüinidade. A unidade básica da organização social Kayabi, e agrupamento social mais visível para além da família nuclear, é a

INSTITUTO
Documentação
SOCIOAMBIENTAL
Fonte: Dou, SJ (136)
Data: 17/07/2003 Pg. cont.
Class. C3D00035

parentela, base de constituição das unidades domésticas. As ligações de parentesco que aglutinam esta parentela são traçadas tendo por base um círculo de parentes determinado de dentro para fora, isto é, a partir de um indivíduo (egocentrado). Essa espécie de agrupamento não é um grupo de descendência, porque seus membros, tomados como um todo, não possuem um antepassado comum. Tal unidade doméstica é guiada por um wyriat, literalmente, aquele que toma conta do 'lugar' (wyri), e que no passado seria quase sempre o membro masculino mais velho. Trata-se de uma família extensa construída em torno de relações de afinidade e consanguinidade, cujo elemento aglutinador é um homem que, basicamente através de seu prestígio pessoal, logrou manter junto a si seus genros e noras e, conseqüentemente, seus filhos e netos, além de algum outro parente, como um irmão por exemplo. Estas unidades domésticas são muito independentes política e economicamente, sendo a base social da formação, desmembramento e deslocamento das aldeias. Como princípio geral dentro da organização social as parentelas são bastante estáveis, mas sua atualização é muito dinâmica. Há laços sociais básicos, principalmente aquele entre sogro/genro, que amalgamam as parentelas, mas estes podem ser ora enfatizados e ora subsumidos em função de uma série de questões específicas. Há sempre uma tensão inerente neste sistema que leva à cisão ou aglutinação das parentelas ao longo do tempo. Quando há uma cisão, parte do grupo vai para uma outra aldeia, com cujos habitantes seja possível e de interesse realçar determinados laços sociais, ou então se estabelece uma nova aldeia a partir de uma célula de aglutinação social, em geral em torno de uma díade de afins (sogro/genro ou dois cunhados). A saída de uma parcela da população de uma aldeia para outra, ou para fundar uma nova, não se caracteriza necessariamente como uma cisão traumática e não caracteriza o grupo como nômade ou semi-nômade. Ela faz parte da dinâmica social do grupo - há diversas forças sociais e históricas que contrabalançam a propensão à cisão - e a ocupação de novas aldeias estabelece um processo de socialização do espaço.

Padrão de assentamento é definido como a distribuição espacial e temporal das comunidades na paisagem. Esta distribuição é o reflexo de uma complexa interação entre estruturas socioculturais, fatores ecológicos e etnoecológicos, com especial atenção para as formações antrópicas e à história específica de cada grupo e sua região. As aldeias Kayabi são organizadas em torno de parentelas egocentradas muito independentes e esta independência é um traço cultural marcante e conscientemente defendido pelos índios. Até o momento em que foram transferidos em 1966, os Kayabi que ainda moravam em sua área tradicional do rio dos Peixes mantinham seu padrão de assentamento característico. Somente a constituição de aldeias maiores estava impossibilitada devido à queda demográfica. Cada uma das aldeias descritas nos diários do missionário Dornstauder era composta por uma família extensa agregada em torno de um wyriat (cabeça de família), mantendo uma independência ao nível da organização produtiva mas interligadas às outras do ponto de vista social, ritualístico e histórico. Estas aldeias compunham-se de pelo menos uma casa no formato típico empregado pelo grupo, ou seja, uma grande casa comunal.

O modelo tradicional da moradia Kayabi é uma grande casa destinada a abrigar toda uma família extensa. Muitas das vezes uma aldeia poderia se constituir de apenas uma destas habitações podendo abrigar umas 50 pessoas. Estas casas grandes tinham mais de 20 m de comprimento e mais de 10 m de largura. Trata-se de uma casa com telhado de duas águas, com este indo até o chão ou com uma parede lateral bem pequena. As duas extremidades da casa são retas, formando assim um triângulo quando vista de frente, e não arredondadas como as das demais em uso atualmente. A maioria das casas Kayabi no PIX obedece a um estilo que se tornou padronizado nesta região do Parque, sendo encontrado também nas aldeias Suyá e Yudjá. São casas com paredes de troncos até pouco menos de 2 metros de altura, com uma cumeira central de uns cinco metros. São cobertas de palha da palmeira inajá e possuem as extremidades arredondadas, o que em algumas casas pode servir para uma divisão interna em dois cômodos utilizados como "quartos" e/ou cozinhas. Na TI Apiaká-Kayabi observa-se a presença de casas que lembram mais a moradia da população regional, com a utilização de madeira serrada nas paredes e tetos. O retorno à área tradicional possibilitará a retomada da construção das casas no formato tradicional, uma vez que para que estas possam ser construídas não é necessária apenas a existência de matéria-prima, mas também, e principalmente, o encorajamento do grupo para tal. A retomada de áreas tradicionais e a recuperação cultural do grupo caminham lado a lado ao reforçarem a coesão social e cultural promovendo o resgate de valores simbólicos comuns fragilizados pela forte experiência do contato com a sociedade envolvente.

III-ATIVIDADES PRODUTIVAS: Os Kayabi têm uma forte tradição agrícola a qual têm procurado manter e, ao mesmo tempo, eles vivenciam um processo de transformações devido a pressões demográficas, econômicas e ambientais que se deve a processos sociais de grandes amplitudes. A escassez relativa de terras agricultáveis à curto/médio prazo, o aumento populacional, assim como a necessidade da aquisição de bens e serviços oriundos da sociedade ocidental, aliada à perda de material genético que constitua parte do patrimônio dos Kayabi, são ameaças eminentes ao equilíbrio na convivência população indígena/ambiente no PIX e na TI Apiaká-Kayabi. Fato este que ressalta a necessidade, fora as razões históricas, simbólicas e culturais, da retomada da área tradicional representada pela TI Bateirão. Esta perda de material genético deveu-se, em parte, à transferência impositiva desse povo da região dos rios Teles Pires e Tatu para a região do Xingu e inclui não apenas materiais agrícolas, mas também produtos extrativistas essenciais para a produção de itens da cultura material deste povo.

Dos produtos vegetais não cultivados utilizados para a alimentação aquele que os Kayabi mais sentem falta é a castanha. Trata-se de um alimento tradicional para o grupo e de grande importância

cultural. No rio dos Peixes os castanhais constituem-se em importantes marcos de referência dentro do território e dentro do ciclo anual do sistema produtivo e da vida social. Durante os períodos de coleta desta espécie, grupos familiares se deslocavam para os castanhais onde subsistiam por dois ou três meses à base de castanha, peixe e caça. Este período representava um maior relaxamento nas obrigações da vida social aldeã, descarregando tensões ao mesmo tempo em que reforçava laços sociais específicos.

Do ponto de vista socioeconômico, tradicionalmente o wyriat, cabeça de uma família extensa, organiza quase todo o trabalho agrícola de sua unidade doméstica com base nos laços que envolvem os membros deste agregado. Em momentos nos quais os contornos da aldeia ou maloca eram possivelmente os mesmos de uma família extensa ou 'casa', conduzida pela figura deste wyriat, a organização global da produção reproduziria, portanto, a organização destas unidades. É provável que no passado os Kayabi não tivessem nenhuma atividade de subsistência claramente coletiva. Os trabalhos agrícolas envolveriam somente a coletividade da família extensa guiada por um wyriat, e mesmo assim apenas em determinados momentos. Usualmente, o líder da família escolhe o lugar a ser roçado e derrubado, que são as fases mais coletivas do trabalho. A derrubada é feita por todos os homens da família que estejam aptos e envolve tanto afins quanto consanguíneos. Após a limpeza, a área é delimitada e porções do terreno são destinadas aos chefes das famílias nucleares, que passam a ser seus 'donos', os quais realizam o plantio com a ajuda de sua mulher e filhos. A colheita é em geral feita pelas mulheres, mas entre os Kayabi não existe nenhuma restrição à participação dos homens nesta etapa e usualmente também fazem esta tarefa. O trabalho agrícola também pode ser, em muitos casos, organizado inteiramente em torno apenas das famílias nucleares.

A horticultura Kayabi compreende dezenas de variedades de cultivares organizados em um sistema agrícola bastante elaborado. Como em outros grupos indígenas, o calendário agrícola compreende os períodos de roçado e derrubada (maio e junho), queima (agosto) e plantio (setembro e outubro); os períodos de colheita variam dependendo da cultura. Há dois tipos básicos de roças Kayabi: as roças de mandioca e as roças de policultivo. Nas primeiras, planta-se quase que exclusivamente as diversas variedades de mandioca utilizadas para a produção de farinha, beijus e mingaus. Nas roças de policultivo plantam-se as outras culturas, que exigem melhores solos: milho, algodão, amendoim, batata, cará, banana, fava, cana, abóbora, melancia. O plantio segue uma ordenação cronológica e espacial, com as culturas sendo plantadas em momentos específicos do calendário e em locais determinados dentro das roças. A escolha dos locais para estas se dá em função do tipo de solo. A mandioca é plantada em solos mais pobres, reservando-se as áreas de terras melhores, menos disponíveis e mais férteis, para as culturas mais exigentes.

Os cultivos são caracterizados pela diversidade genética e varietal e por interações com a vegetação natural através de diversas formas de manejo dos recursos florestais. Os policultivos, em geral, só podem ser implantados em capoeiras de terra preta (kofet-ete), enquanto a mandioca cresce em outros solos. Na literatura ainda discute-se a gênese deste tipo de terra preta na Amazônia, mas há um consenso de que a maior parte deste é fruto da ação humana ao longo do tempo, seja ela consciente ou inconsciente. A própria presença de material arqueológico é um dos indicadores aos olhos dos Kayabi para a identificação de uma área propícia ao cultivo de culturas mais exigentes. Grande parte das roças indígenas localiza-se em pontos já utilizados anteriormente, mesmo que não por aldeias, que deixam vestígios arqueológicos mais evidentes, mas por áreas de plantios antigos, porque o próprio manejo indígena cria condições mais favoráveis a longo prazo. Assim, não é qualquer área dentro de um território que é apta para o uso sob um sistema agrícola tradicional dos povos indígenas. Principalmente se levarmos em conta que este modelo agrícola não faz uso de nenhum tipo de defensivo ou fertilizante químico. Da mesma forma, por não fazer um uso intensivo do solo, procurando extrair a máxima produtividade por área, mas sim um uso extensivo que alterna os trechos sob utilização permitindo a recomposição da floresta e da biodiversidade, grandes espaços são necessários para a prática agrícola tradicional indígena.

Os Kayabi têm uma cultura material elaborada e grandemente diversificada. Porém, os itens que mais os singularizam e identificam são suas peneiras, apás e cestos (confeccionados pelos homens), ornamentados com uma grande variedade de complexos padrões gráficos, que representam figuras da rica cosmologia e mitologia do grupo. Estes padrões também aparecem nas empunhaduras das bordunas e em objetos têxteis. A matéria-prima utilizada na cestaria e também nos arcos e flechas Kayabi não é encontrada nas terras do PIX, mas é abundante no rio dos Peixes.

IV-MEIO AMBIENTE: Verifica-se na TI. Bateirão a ocorrência de diferentes tipologias florestais em conformidade com as condições de solo, água, e principalmente clima, macro e microclima, entre outros fatores que determinam o desenvolvimento de determinada cobertura vegetal em detrimento de outras.

As áreas onde os recursos naturais mais importantes para os Kayabi ocorrem (arumã, *Ischnosiphon* spp.; taquari ou taboca *Guadua* sp, castanha-do-pará) são imprescindíveis de serem conservadas, e são observadas em seu limite Norte, precisamente na região da serra dos Caiabas onde se constata a presença do taquari ou taboca, também verificado em uma outra área situada próxima à barra do rio Gavião, em seu limite Noroeste, enquanto que o arumã liso, segundo os índios, é encontrado disperso por todo o território delimitado. Um local imprescindível para a conservação dos recursos naturais e coleta é representado pela região que compreende a barra do rio Gavião, não só por ser ali verificada a ocorrência do taquari ou taboca e do arumã liso e rugoso, como também de diversos frutos nativos, como o pataú, entre outros, além do fato de ser este local onde se verifica um grande e importante castanhais, único no território identificado, que antigamente era bastante visitado pelo grupo. Poderá ocorrer em

menor escala alguma coleta de castanha na porção compreendida entre a margem direita do rio dos Peixes, em direção a serra dos Caiabis, próxima ao córrego Ywaopap, localizado em seu limite Noroeste.

Outros locais podem ser classificados como necessários de serem conservados os recursos naturais ali presentes para a prática de outras atividades pelos Kayabi, como a agricultura que poderá ser desenvolvida na região da lagoa Ipawuu, localizada no limite Sudoeste desta Terra Indígena, assim como as baixadas situadas nas proximidades da calha do rio dos Peixes e de seus afluentes de maior porte, dispersos por todo o território delimitado, porém com maior concentração em seu limite Sul, embora possa também vir a ocorrer no limite Noroeste da área, uma vez que os locais possíveis de serem utilizados para a implantação de roças, face à grande disponibilidade de solos férteis, não representam um fator limitante na T.I. Batelão. A caça, que será verificada por todo território identificado, apresenta na serra dos Caiabis, localizado em seu limite Norte, um importante local de refúgio, de nidificação e de reprodução para as principais espécies caçadas pelo grupo, que aliado à adequada superfície definida para esta Terra Indígena, permitirá o equilíbrio populacional destes animais.

A definição do limite Norte da T.I. Batelão como sendo a serra dos Caiabis não só ampliou sobremaneira a potencialidade de uso dos recursos naturais nela existentes como também, permitiu uma maior proteção ambiental de toda esta região, onde se verifica as maiores declividades desta Terra Indígena e, portanto, bastante propícias à erosão pluvial e eólica. A preservação da cobertura florestal presente nesta porção do território, juntamente com a vegetação ciliar ao longo dos mananciais hídricos verificados principalmente em seu limite Sul tornam-se também uma garantia para a integridade futura do rio dos Peixes, de seus tributários e dos vários córregos ali existentes. Portanto, a definição dos limites Norte e Sul, notadamente os que apresentam condições ambientais das mais frágeis, tornam-se imprescindíveis não só para a manutenção do frágil equilíbrio ecológico em que hoje se encontram, como também, possibilitará a continuidade e mesmo a ampliação das tradicionais atividades de caça e coleta desenvolvidas pelos Kayabi, por todo o território delimitado ao grupo.

V-REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL: Os relatos Kayabi registram em detalhes a profunda significação e importância do território ao longo do rio dos Peixes. Cada acidente geográfico, cada rio, cada antiga aldeia são símbolos mnemônicos que contribuem para a construção da identidade étnica do grupo e sua preservação cultural. No território está inscrita de maneira indelével a história e a cosmologia Kayabi. Grande parte de seus mitos refere-se a lugares, elementos da natureza e outros grupos étnicos encontrados na região do rio dos Peixes, tendo como núcleo a área reivindicada para a TI Batelão.

A série de mitos sobre a saga de Tuiararé, o herói demiurgo criador dos Kayabi, além de ser uma radiografia da cosmologia e da organização social do grupo, se nos apresenta também quase como um mapa do território do grupo ao enumerar estes diversos recursos naturais e povos com os quais interage em suas peregrinações, numa época em que o mundo ainda estava se formando e a cultura Kayabi sendo criada, segundo suas concepções míticas. Uma cultura não se reproduz plenamente em qualquer espaço, o que vale principalmente para as sociedades indígenas, para as quais a terra não é um bem alienável e sim o suporte de sua vida social e simbólica.

A computação dos primeiros dados populacionais sobre os Kayabi foi realizada pelo missionário João Dornstauder na década de cinquenta do último século. Em 1966 estes dados seriam atualizados pelo antropólogo Georg Grunberg, que estava pesquisando entre os Kayabi do rio dos Peixes quando estes foram levados para o Xingu naquele ano. Grunberg acompanhou os Kayabi nesta transferência e os recenseou também dentro do Parque Indígena do Xingu. Antes destes, o oficial da Comissão Rondon, Piryneus de Souza na década de 10, e o etnólogo Max Schimidt na década de 20, ambos no séc. XX, haviam feito estimativas sobre a população Kayabi com base em seus contatos iniciais com o grupo. Nestas estimativas a população Kayabi alcançava a casa dos dois mil indivíduos, número que não devia estar muito longe da realidade se considerarmos a intensidade da depopulação que se seguiu nas décadas posteriores.

Os índices de crescimento atuais da população Kayabi são bastante significativos e naturalmente revelam uma recuperação populacional do grupo. Mesmo assim, é importante ressaltar, a população Kayabi atual é menos da metade do que era quando do início do contato mais sistemático com nossa sociedade. É fundamental que se considere este nível de crescimento demográfico ao se considerar a questão da disponibilidade de terras dentro do PIX e da TI Apiaká-Kayabi - caso este ainda mais grave e premente - e a capacidade de suporte das mesmas para garantir a reprodução física e cultural das gerações futuras, tanto dos Kayabi quanto das outras etnias que também habitam estas terras. Daí a necessidade, fora os inegáveis fundamentos histórico-culturais, para regularização fundiária da TI Batelão.

VI-LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO: Os levantamentos procedidos na área identificada, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto dos Gaúchos, no INTERMAT, no INCRA e FUNAI, resultaram na identificação dos seguintes ocupantes não-índios na área da TI Batelão: Francisco Araoldo do Prado, proprietário; Antonio Alves de Oliveira, proprietário; Carlos Ribeiro, proprietário; Miguel Vaz Ribeiro, proprietário; Edson Melozi, proprietário; Dalto B. Martini, proprietário; Elpidio Daroit, proprietário; Mario Veiga de Almeida, proprietário; João Roberto Pulzato, proprietário; César Brizote, proprietário; Marcelino Passa, proprietário; Altamiro Belo Galindo, proprietário; Luiz Fávero e outros, proprietário; Luiz Antônio Giroldo, proprietário; Zezão, posse; Geraldo Rodrigues dos Santos, posse; Ramiro Borges, posse.

VII-CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO: A área proposta para a TI Batelão destina-se a tornar-se o espaço produtivo primordial para a reprodução material e cultural do povo indígena Kayabi. A sua configuração e as formas de exploração que esta permite objetivam favorecer os princípios da organização tradicional deste povo, contribuindo assim para a preservação de sua cultura e identidade étnica indígena, conforme os parâmetros elencados no Relatório e em consonância com a legislação brasileira. Para tanto, é necessário que os limites da TI abarquem os diversos sítios necessários à reprodução física e cultural deste povo, constituindo-se assim em um mosaico de diferentes formações vegetais, formas de relevo, pontos históricos e de valor cultural, áreas de caça, coleta e pesca e, por fim, áreas de importância para a preservação ambiental.

Tendo em vista o acima exposto, os parâmetros que devem nortear a melhor definição de uma área indígena e as condições reais encontradas, bem como alguns problemas práticos, chegamos a uma definição que consideramos a mais adequada para a TI Batelão. Com a perspectiva de que a área da TI reflita um conjunto mínimo da diversidade de ambientes necessária à adequada reprodução física e cultural do grupo, procedemos por realizar um macrozoneamento da mesma. Assim, a área proposta para a TI Batelão engloba três zonas: 1 - os rios, lagoas e suas margens; 2 - as áreas de mata mais fechada (ka'a rete na língua Kayabi); 3 - as áreas de serra e manchas de cerrado. Esta divisão pode ser muito mais microdetalhada se usarmos o modelo de classificação de ambientes utilizado pelos Kayabi, mas neste ponto o que se pretende é mostrar o macrozoneamento da TI e sua adequação como território. A classificação étnica completa dos ambientes e sub-ambientes pode ser vista na Tabela 5 da parte ambiental do Relatório.

A zona 1 engloba os principais sítios históricos (aldeias, cemitérios, etc.) que estavam localizados às margens do rio dos Peixes e do rio Batelão principalmente. Além da memória Kayabi recordar a localização de diversos destes sítios históricos, vários destes locais podem ser reconhecidos pela presença de vestígios arqueológicos remanescentes das antigas aldeias. E, obviamente, esta zona engloba também as áreas de pesca e circulação fundamentais para os Kayabi. Esta área abarca parcelas dos rios dos Peixes, Batelão, Quatá, bem como alguns outros tributários menores (coordenadas apresentadas no Memorial Descritivo). Abarca também importantes lagoas de pesca. Algumas das matérias-primas importantes para os Kayabi, como a taquara uruyup, por exemplo, são preferencialmente encontradas em trechos próximos aos rios e lagoas, bem como das áreas destinadas ao uso agrícola.

A zona 2 engloba as regiões de matas de terra firme primárias e secundárias, fundamentais como áreas agrícolas, de caça e coleta de matérias-primas. Nesta zona encontra-se o importante ambiente que os Kayabi identificam como kofet, que pode ser traduzido como capoeira. Trata-se de estágios sucessionais específicos da floresta de terra firme utilizados preferencialmente para o uso agrícola. Os Kayabi distinguem este ambiente pela presença de espécies indicadoras e pelo tipo de solo. Caso o solo seja de terra preta (ywyuon), o mais fértil, a área é denominada kofet rarete (capoeira verdadeira) sendo destinada a suas roças de policultivos (milho, amendoim, banana, etc). Estas áreas de kofet são também imprescindíveis para a coleta e a caça, uma vez que o próprio manejo realizado pelos índios no ambiente acaba por favorecer o desenvolvimento de certas espécies difíceis de serem encontradas em outros locais.

Esta zona 2 abarca ambas as margens do rio dos Peixes entre o rio Batelão (mais a oeste) e o limite Leste proposto para a TI. Ao Sul ela avança até a estrada que liga a cidade de Tabaporá ao assentamento do INCRA, que servirá de limite da TI neste ponto. A utilização da estrada como limite também evitará a construção de outra via, ou que a mesma fique atravessando a Terra Indígena, o que poderia causar transtornos e inconvenientes. Ao Norte, margem direita do rio dos Peixes, a área de mata avança até o início da Serra dos Caiabis, onde se inicia a zona 3, caracterizada pelas elevações e ocorrência de cerrados ou campos. Estes campos, conhecidos pelas denominações jun e junsing, têm grande significado para a vida dos Kayabi. Animais, plantas e também fenômenos naturais que só podem ser observados nos campos, com o granizo, ocupam lugar de destaque nos seus relatos e são conhecidos nos menores detalhes, embora os índios ocupem preferencialmente a região de mata próxima aos rios.

Esta zona de serras e cerrados dentro da TI ocupa também uma região a Oeste da boca do Batelão, só que neste trecho apenas na margem direita do rio dos Peixes, até alcançar o rio Gavião em um ponto no qual a elevação no relevo se aproxima mais do rio principal. Esta região é de suma importância para os Kayabi, pois ali está localizado o único grande castanhal (ywatyp) ainda remanescente e antigo ponto de coleta deste fruto. A castanha é muito importante na dieta Kayabi, além de ter um grande significado cultural e econômico. Próximo a este castanhal há também um importante ponto de coleta de kamayp, material utilizado na confecção das flechas Kayabi.

Pelo exposto, propõe-se a continuidade do procedimento administrativo de regularização fundiária da Terra Indígena Batelão, de comprovada ocupação tradicional e histórica Kayabi, conforme mapa e memorial descritivo a seguir.

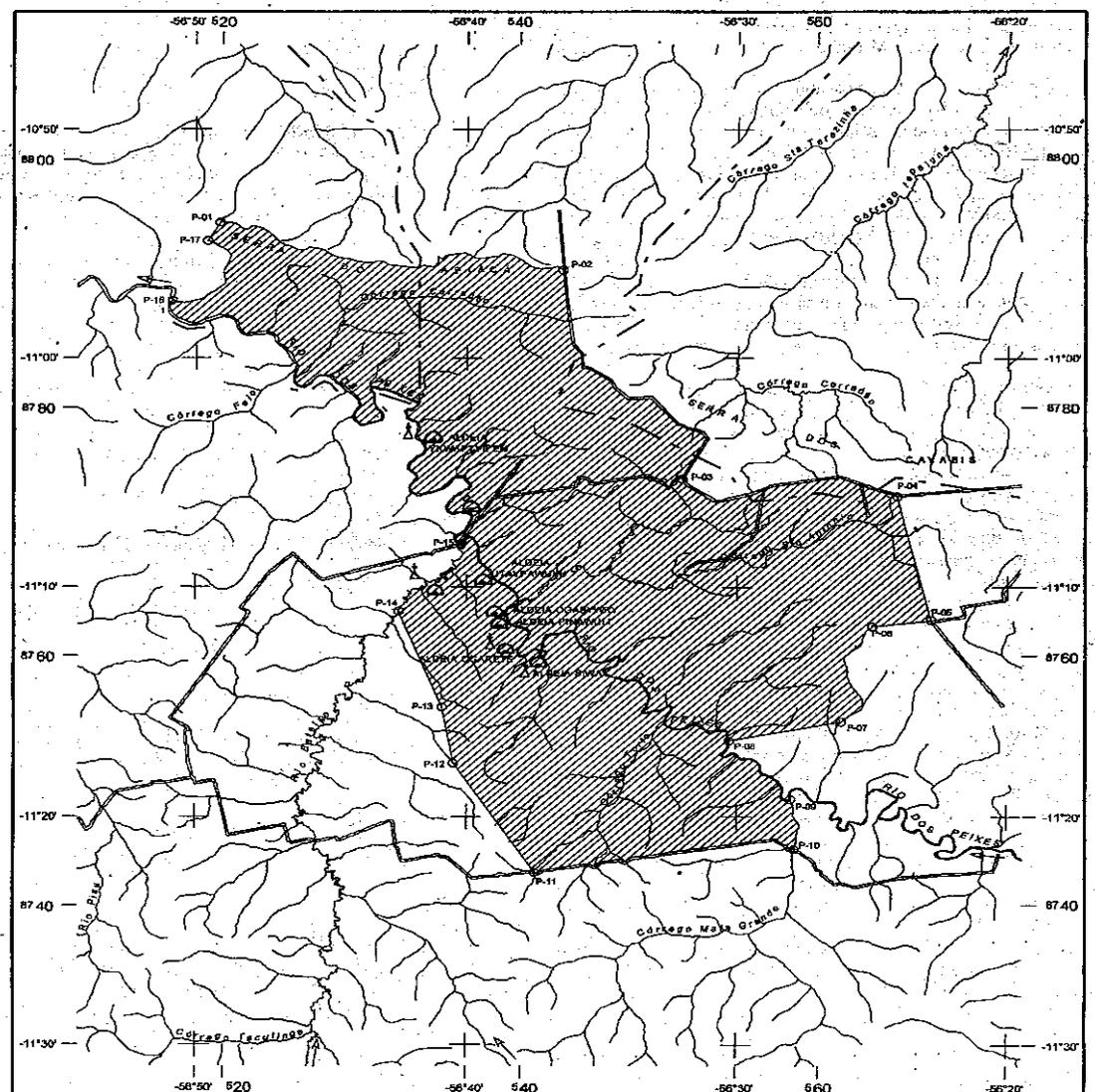
NORTE: Partindo do Ponto P-01 de coordenadas geográficas aproximadas 10°54'04,71"S e 56°49'06,04" Wgr, localizado no cume da serra dos Caiabis, do ponto antes descrito segue pela citada serra até o Ponto P-02 de coordenadas geográficas aproximadas 10°56'12,37"S e 56°36'25,15" Wgr, localizado em ponto de uma estrada vicinal à partir deste segue pela citada estrada até o entroncamento com uma outra estrada vicinal até o Ponto P-03 de coordenadas geográficas aproximadas de 11°05'20,03"S e 56°32'03,94" Wgr. Deste ponto segue pela estrada vicinal até o Ponto P-04 de coordenadas geográficas aproximadas de 11°05'59,26"S e

INSTITUTO
 Documentação
 SOCIOAMBIENTAL
 Ponto 300, SL (136)
 Data 17/07/2003 Pg. cont.
 Class. C3D00035

56°24'06,40"Wgr, localizado no ponto da mesma estrada; LESTE: Do ponto antes descrito segue por uma linha seca até o Ponto P-05 de coordenadas geográficas aproximadas de 11°11'25,61"S e 56°22'50,89"Wgr, localizado no ponto de uma estrada interna de uma fazenda. Daí segue pela referida estrada até o Ponto P-06 de coordenadas geográficas aproximadas de 11°11'49,26"S e 56°25'05,02"Wgr, localizado na cabeceira do córrego dos Perdidos. Deste ponto segue pelo citado córrego a jusante até o Ponto P-07 de coordenadas geográficas aproximadas de 11°15'52,13"S e 56°26'10,02"Wgr, localizado no limite do projeto de assentamento do INCRA denominado Mercedes Cinco. A partir deste segue confrontando com o limite do projeto de assentamento até o Ponto P-08 de coordenadas geográficas aproximadas de 11°16'41,52"S e 56°30'18,40"Wgr, localizado na margem direita do rio dos Peixes; SUL: Do ponto antes descrito segue à montante do rio dos Peixes até o Ponto P-09 de coordenadas geográficas aproximadas de 11°19'16,26"S e 56°27'57,39"Wgr, localizado na barra do córrego Mata Grande. Deste ponto segue à montante do córrego Mata Grande até o Ponto P-10 de coordenadas geográficas aproximadas de 11°21'25,93"S e 56°27'50,36"Wgr, localizado no ponto de uma estrada que liga o projeto de assentamento até as proximidades da cidade de Tabaporã-MT. Daí segue pela referida estrada no sentido à cidade de Tabaporã até o Ponto P-11 de coordenadas geográficas aproximadas de 11°22'26,67"S e 56°37'28,43"Wgr, localizado no cruzamento da referida estrada com um córrego sem denominação. Deste ponto segue por uma linha seca até o Ponto P-12 de coordenadas geográficas aproximadas de 11°17'41,28"S e 56°40'28,97"Wgr, localizado na cabeceira de um córrego sem denominação; OESTE: Do

ponto antes descrito segue por uma linha seca até o Ponto P-13 de coordenadas geográficas aproximadas de 11°15'13,95"S e 56°40'54,27"Wgr, localizado nas proximidades da Fazenda Tapena, deste ponto segue por uma linha seca na divisa da Fazenda Tapena até o Ponto P-14 de coordenadas geográficas aproximadas de 11°11'04,07"S e 56°42'31,35"Wgr, localizado na margem direita do rio Batelão. Deste ponto segue à jusante do citado rio até o Ponto P-15 de coordenadas geográficas aproximadas de 11°08'10,02"S e 56°40'09,46"Wgr, localizado na confluência do rio Batelão com o rio dos Peixes. Do ponto antes descrito segue jusante do rio dos Peixes até o Ponto P-16 de coordenadas geográficas aproximadas de 10°57'30,85"S e 56°50'49,93"Wgr, localizado na confluência com um córrego sem denominação. A partir deste segue a montante do referido córrego até o Ponto P-17 de coordenadas geográficas aproximadas de 10°54'52,77"S e 56°49'33,01"Wgr, localizado no citado córrego. Deste segue por uma linha seca até o Ponto P-01, início da presente descrição. OBS: 1. Base cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: SC.21-ZA e SC.21-ZC 1:250.000 - IBGE - 1976; 2. As coordenadas geodésicas citadas neste memorial descritivo são referenciadas ao Datum Horizontal SAD-69 Responsável Técnico pela Identificação dos Limites: Gilmar Campos Soeiro, Técnico Agrimensor - AER/Cuiabá, CREA 7734/TD.

KLINTON VIEIRA SENRA
 Coordenador do GT/n.º448/PRES/2001



- SINAIS CONVENCIONAIS**
- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
 - PÓRTO INDÍGENA - CAMPO DE POUSO
 - ALDEIA INDÍGENA ANTIGA
 - CAÇA - PESCA
 - COLETA - SERRAVAL
 - RODOVIA PAVIMENTADA
 - RODOVIA NÃO PAV. PERMANENTE
 - RODOVIA NÃO PAV. PERIÓDICA - CAMINHO
 - RIO PERMANENTE - RIO INTERMITENTE
 - LAGO OU LAGOA - TERRENO SUJEITO À INUNDAÇÃO
 - PONTO DIGITALIZADO - DIREÇÃO DE CORRENTE
 - LIMITE MUNICIPAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
 DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF

TERRELA INDÍGENA BATELÃO		DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO: JUARA, NOVA CANAÃ DO NORTE e TABAPORÃ	ÁREA: 1.400.000	SUPERFÍCIE APROXIMADA: 117.050 km²	PERÍMETRO APROXIMADO: 224 km
ESTADO: MATO GROSSO	DATA: 12/08/2003	PROCESSO: SC-21-ZA	PLANO CARTOGRAFICO: SC-21-ZC
RES.P. IEC. IDENTIFICAÇÃO LIMITES: KLINTON VIEIRA SENRA AGRICULTOR	RES.P. IEC. IDENTIFICAÇÃO LIMITES: GILMAR CAMPOS SOEIRO TÉCNICO EM AGRIMENSURA CREA/MT 7734/TD	RES.P. IEC. IEC. GERAL DA CDD: MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS ENGENHEIRO AGRIMENSOR CREA/SP 84.988/7	LOCALIDADE: CUIABÁ